

Dom Adriano Hypólito e a Teologia da Libertação: Do mundo para Nova Iguaçu

Adriano Hypólito y la Teología de la Liberación: Del mundo a Nova Iguaçu

ADRIANA BASTOS KRONEMBERGER*

Universidade Federal de São Paulo - Brasil

adriana.kronemberger@gmail.com

RESUMO

Este artigo é parte da minha dissertação de mestrado em História Social defendida pela PUC/SP em 2018, cujo título é **Dom Adriano Hypólito no rastro da violência em Nova Iguaçu**. Aqui objetivo analisar a obra desse bispo católico adepto da Teologia da Libertação na cidade de Nova Iguaçu, que fica na Baixada Fluminense uma região do estado do Rio de Janeiro. As fontes deste trabalho serão exemplares do jornal diocesano *A Folha* e entrevistas concedidas por Dom Adriano. A metodologia utilizada será a análise das fontes em uma perspectiva dialógica entre o contexto social de suas produções e trabalhos científicos que versaram sobre a Igreja Católica, a Baixada Fluminense e o Brasil. Este trabalho se justifica pela proposta de reflexão sobre o papel da religiosidade na sociedade brasileira em um momento em que muitas ideias conservadoras ganham força no país.

Palavras chave: Ditadura, Nova Iguaçu, Teologia da Libertação, Violência.

RESUMEN

Este artículo es parte de mi disertación de maestría en Historia Social defendida por la PUC / SP en 2018, cuyo título es **Don Adriano Hypólito en el rastro de la violencia en Nova Iguaçu**. Aquí el objetivo es analizar la obra de ese bispo católico adepto a la Teología de la Liberación en la ciudad de Nova Iguaçu, que se encuentra en la Baixada Fluminense una región del estado de Río de Janeiro. Las fuentes de este trabajo serán ejemplares del diario diocesano *A Folha* y entrevistas concedidas por Don Adriano. La metodología utilizada será el análisis de las fuentes en una perspectiva dialógica entre el contexto social de sus producciones y trabajos científicos que versaron sobre la Iglesia Católica, la Baixada Fluminense y el Brasil. Este trabajo se justifica por la propuesta de reflexión sobre el papel de la religiosidad en la sociedad brasileña en un momento en que muchas ideas conservadoras ganan fuerza en el país.

Palabras clave: Dictadur, Nova Iguaçu, Teología de la Liberación, Violencia.

* Mestre em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestranda em Ensino de História pela Universidade Federal de São Paulo. Especialista em História, Sociedade e Cultura pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Recibido: 20/01/2018 Aceptado: 01/04/2019

1. Introdução

Dom Adriano Hypólito foi bispo da cidade de Nova Iguaçu no estado do Rio de Janeiro. Nasceu em 1918 em Sergipe e recebeu o nome de Fernando Polito. Se tornou franciscano em 1937 e em 1942 foi ordenado sacerdote na cidade de Salvador. Participou do Concílio Vaticano II (1962 – 1965), quando foi indicado como bispo auxiliar da Arquidiocese de São Salvador da Bahia. Nomeado pelo papa Paulo VI chegou à Nova Iguaçu como bispo em 1966, onde ficou até 1994. Dom Adriano faleceu em 1996. Na conflituosa cidade de Nova Iguaçu, mesmo perseguido pela ditadura militar, pelas elites locais e enfrentando oposição dentro da Igreja, Dom Adriano desenvolveu uma pastoral que o converteu em uma figura de grande expressão nacional (MENESES, 2010). Era um seguidor da Teologia da Libertação, mas tal posicionamento era perigoso em um período em que a América Latina era dominada por regimes autoritários.

Na discussão sobre a Teologia da Libertação no Brasil faremos uma breve análise da história da Igreja Católica a partir do Congresso de Berlim (1884 – 1885) até os anos de 1970, auge desse movimento no Brasil. Sempre seguindo os discursos de Dom Adriano Hypólito e não perdendo de vista a condição conflituosa do Brasil e da cidade de Nova Iguaçu nas décadas de 1970 e 1980. Assim, objetivamos analisar a luta política de Dom Adriano Hypólito durante o referido período, particularmente em uma região conhecida nacional e internacionalmente pela violência. Através do modelo de Igreja desenvolvido por em Nova Iguaçu, questionaremos a afirmação de que a religião cumpre um papel de estranhamento humano e conseqüente alienação, uma vez que dentro do cenário e períodos analisados, aparentemente parte da Igreja Católica se converteu em um instrumento de práxis social atuando ao lado do povo mais simples.

Como base deste trabalho teremos o jornal diocesano de Nova Iguaçu denominado *A Folha*, que funcionou entre os anos de 1972 e 1993. Através de suas páginas e de entrevistas concedidas por Dom Adriano a outros jornais e revistas, guiaremos nossa análise. Também utilizaremos fontes filmicas como os documentários: *Nova Iguaçu, a cidade dos meus olhos* (2003) de Marcus Faustini e *Diocese de Nova Iguaçu: 50 anos de missão* (2013) de Paulo Pereira e Francisco Militão, como também utilizaremos documentos oficiais. Mas como fonte histórica requer cuidados, observaremos as subjetividades e intencionalidades dos documentos analisados através de um método dialógico de análise dos discursos, método esse discutido pelo pensador russo Mikhail Bakhtin (1895-1975) em: **Estética da Criação Verbal** (1997) e **Marxismo e Filosofia da Linguagem** (2006). Apesar de Bakhtin não ter formalmente proposto uma metodologia de análise de discurso, ele nos legou caminhos que auxiliam na compreensão de um discurso, tais como as relações entre língua, linguagem, sujeitos, lugares, contextos e culturas. Assim, neste trabalho levaremos em consideração o universo no qual estava inserido Dom Adriano (sujeito produtor dos discursos) e os suportes utilizados por ele para transmissão de seus discursos (jornais e revistas). Também empreenderemos uma leitura cautelosa dos discursos selecionados, partindo do conceito de hermenêutica, interpretando e argumentando outros autores.

Nesta produção dialogaremos as fontes citadas com os apontamentos biográficos sobre Dom Adriano produzidos por Carlos Lacerda de Meneses (2010) e com os autores: Alessandra Siqueira Barreto (2004) **Um Olhar Sobre a Baixada: Usos e representações sobre o poder local e seus atores**; José Cláudio de Souza Alves (2002) e (2003) **Violência e Religião: Repensando os conceitos a partir da Baixada Fluminense** e **Dos Barões ao extermínio – Uma história de violência na Baixada Fluminense**; Elisa F. Corrêa e Marcelo Hernandez Macedo (2007) **Zé Pureza: E a reforma agrária no Rio de Janeiro do pré-64**. Também dialogaremos com os trabalhos: **A Igreja na Sociedade Liberal e no Mundo Moderno** de Aubert, Crunican, Ellis, Fredrick e Bruls (1976); **500 anos de História da Igreja na América Latina** organizado por Enrique Dussel (1992); **Diálogos na sombra – Bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura** de Kenneth Serbin (2001); o trabalho de Paulo César Gomes (2014) **Os bispos católicos e a ditadura Militar no Brasil – A visão da espionagem** e o texto de Ralph Della Cava (1986) **A Igreja e a abertura, 1974 – 1985; A Igreja do Brasil: de João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo** de José Oscar Beozzo (1993); os trabalhos de Michael Lowy (2005): **Walter Benjamin: Aviso de Incêndio – Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”** e **A Teologia da Libertação: Leonardo Boff e Frei Betto**; de Alexandre de Souza Gomes (2012) **Religião e política: construção da memória de Dom Adriano**; o trabalho **A Igreja Católica e o Movimento Popular: Nova Iguaçu – 1974 – 85** de Scott Mainwaring (1986); **O Cristianismo da Libertação na Igreja Católica de Nova Iguaçu: o jornal diocesano A Folha em oposição ao Regime Militar (1975-1981)** de Rafael Cerqueira do Nascimento (2014); **O embate que rachou a Igreja** de Fernando Molica (2014); **A Igreja de Nova Iguaçu no Regime Militar** de Daniel Nonato (2012).

Este trabalho se apresenta como uma proposta de análise um modelo de Igreja que nos anos violentos da ditadura civil militar no Brasil inverteu seu papel de legitimadora da ordem estabelecida e empreendeu uma transformação das práticas católicas. Tal situação propõe uma reflexão atual sobre o papel da religiosidade na sociedade brasileira em um momento em que muitas ideias tendem para o conservadorismo.

2. Nova Iguaçu – Do povoado à “modernização”

Nova Iguaçu é uma cidade da Baixada Fluminense, uma região no estado do Rio de Janeiro composta pelos municípios: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mangaratiba, Mesquita, Nilópolis, Paracambi, Queimados, São João de Meriti, Seropédica e Nova Iguaçu. Como a grande maioria das cidades brasileiras essas também possuem histórias de contradições que geram um território fértil para os conflitos sociais.

As dezenas de milhares de veículos diários deslizam pela rodovia pres. Dutra, atravessando sem prazer e talvez com sobressalto o mundo inflacionado da Baixada Fluminense. Nos lados das pistas, o mar sem fim das casas modestas. Casas e mais casas, ladeando ruas esburacadas. Loteamentos e mais loteamentos, arrancando o verde pela raiz e acinzentando a paisagem (A FOLHA, 1972, p. 1).

As palavras do bispo definem bem a imagem que se tem de Nova Iguaçu. Essa cidade fica a 28 km da capital do estado e em 2012, de acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, sua população estimada era de 801 746 habitantes. Na década de 1980, a cidade ficou conhecida nacional e internacionalmente pela violência, condição desenhada no seu devir histórico. Pois, de acordo com o documentário: *Nova Iguaçu, a cidade dos meus olhos* (2003) na época da colonização a economia da região se apoiava na mão-de-obra escrava e se dava em torno da cana de açúcar, já no final do século XIX passou a produzir e a exportar laranjas, sendo o auge da citricultura entre os anos 1930 e 1950. Porém após a Segunda Guerra Mundial houve a “crise da laranja” e as áreas antes destinadas a essa cultura foram loteadas e vendidas a preços baixos. Isso atraiu novos moradores que, estimulados pelo Governo Federal que pretendia criar na Baixada Fluminense um cinturão verde para abastecer a Cidade do Rio de Janeiro, se dirigiram para a região em busca de novas oportunidades. Assim, a cidade entrou em um profundo processo de urbanização acompanhando a crescente industrialização do país. A grande maioria dos migrantes e dos antigos moradores formou um enorme contingente de pessoas que passaram a servir como mão-de-obra barata, particularmente para a Cidade do Rio de Janeiro. Mas a cidade não estava preparada estruturalmente para receber tanta gente. Nas palavras de Dom Adriano:

De fato, uma grande parte da população, vinda de fora, isto é: do Nordeste, do Espírito Santo, de Minas Gerais e do Norte Fluminense, aqui ainda não encontrou a possibilidade de se enraizar. Quase todos eram pequenos lavradores que usavam como instrumento principal na lavoura a velhíssima enxada. Outros eram agregados de grandes latifúndios. Aqui têm de mudar de trabalho sem poder mudar de mentalidade” (A FOLHA, 1972, p. 1).

No período de grande urbanização e de expressivas alterações sociais a realidade conflituosa da cidade de Nova Iguaçu foi logo reconhecida e enfrentada pelas ações de sua diocese. Um das lutas de Dom Adriano era apontar que a violência atribuída a essa cidade era consequência dos graves problemas sociais, mas suas preocupações iam para diversas direções como: as ações arbitrárias da polícia, os grupos de extermínio, as questões da terra e de moradia, o menor abandonado... Na citação acima o bispo aponta a perda de identidade dos trabalhadores da Baixada Fluminense, destacando o estranhamento em relação às novas formas de vida e às novas atividades produtivas e se refere às pessoas vindas do interior e “de fora” do estado, mas após 1945, Nova Iguaçu também se converteu em uma periferia da Cidade do Rio de Janeiro, pois à medida essa última crescia, seus imóveis ficavam cada vez mais caros e isso deslocava as classes populares para as favelas ou para as periferias como Nova Iguaçu (MAINWARING, 1986, p. 74 e 75). Nas primeiras décadas do século XX, Nova Iguaçu se alterava historicamente e se inscreviam novas geografias sociais na cidade, que terão a partir da década de 1960 graves consequências.

3. Caminhando para a Libertação

Na década de 1960, Dom Adriano já lutava por condições básicas de sobrevivência para a população de Nova Iguaçu, pelo respeito à integralidade da pessoa humana e se mantinha como resistência aos desmandos do poder político e das elites locais. Sob essa perspectiva, estava de acordo com o posicionamento defendido por setores da Igreja Católica influenciados pelo movimento da Teologia da Libertação, que surgiu como

resultado de um longo processo de mudança na Igreja como instituição. Estudos mostram que a Igreja começou a pensar mais sobre a questão social a partir da expansão das ideias liberais na sociedade moderna, pois o Iluminismo e a Revolução Francesa espalharam um sentimento negativo em relação ao clero. Já na segunda metade do século XIX se espalharam pelo mundo o individualismo e os ideais dos socialistas. Diante disso a Igreja Católica apresentou mudanças em sua doutrina e se voltou mais para questões sociais (GOMES, 2014).

O Congresso de Berlim (1884-1885) deu início a um processo de mudanças nas práticas católicas, pois as potências europeias permitiram que as instituições e empreendimentos religiosos nas regiões colonizadas receberiam proteção para suas práticas, assim como também seriam garantidas a liberdade de consciência e a tolerância religiosa dos indígenas, dos naturais e nacionais. Já no início do século XX os movimentos operários e o comunismo cresciam e a Igreja mais uma vez buscou alternativas para lidar com esses novos “ateus”. Assim, elaborou um discurso disciplinador em relação ao socialismo e ao liberalismo, propondo a união entre empregados e patrões, reforçando o paternalismo da ação social com relação aos pobres, onde o operariado seria o receptor de concessões dos patrões e não o protagonista nas conquistas de direitos (GOMES, 2014). Mas essa situação se inverterá nos anos 1970. Nas palavras de Dom Adriano:

(...) esta Igreja, que é uma instituição, certo, é antes de tudo um ministério (...) um serviço (...) que veio para servir e não para ser servido (...). Também na realização de sua opção pelos pobres, a Igreja tem de estar bem cônica de que veio para servir. Senão, assumirá uma posição de paternalismo (...) que vai perturbar e mesmo estragar o crescimento do Povo de Deus. (D. ADRIANO, 1981, p. 60)

Acima o bispo afirma que não cabia à Igreja uma postura paternalista em relação ao povo, mas sim uma posição de serviço ao povo. Essa seria uma filosofia da Teologia da Libertação, movimento que ganhou força na América Latina nos anos de 1970. Contudo, estudos mostram que a realidade católica na América Latina começou a apresentar mudanças desde 1898, quando o Papa Leão XIII convocou o Concílio Plenário Latino Americano (Roma, 1899). Este Concílio deu um novo estímulo à Igreja latino-americana, impulsionando as comunicações entre a Igreja Católica da América Latina e o Vaticano. Porém, Aubert *et al.* (1976) apontam o pontificado de Pio XII (1939-1958) como o período em a Igreja objetivou se aproximar da realidade social dos povos (AUBERT *et al.* 1976, p. 227). Antes disso, em 1955 aconteceu no Rio de Janeiro um Congresso Eucarístico Internacional que procurava formar uma frente única católica. Ao final desse congresso foi constituída uma Conferência Geral do Episcopado Latino Americano, de onde surgiu o plano de criação do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM). Este Conselho foi um grande passo em direção a uma Igreja mais engajada socialmente. Nos anos de 1960 padres reformistas da América Latina já trabalhavam em um processo chamado de *conscientização*, que seria a transmissão de consciência e solidariedade de classe aos trabalhadores, além de buscar despertar o potencial dos mesmos para traçar seus próprios destinos. Nesse período alguns arcebispos e bispos da região foram para o Concílio Vaticano II (1962 e 1965) em Roma. Depois de encerrado o Concílio o episcopado latino-americano demonstrou disposição em assumir uma posição mais autônoma em relação a Roma (AUBERT *et al.* 1976). A partir de então parte da Igreja Católica buscou construir uma Igreja mais identificada com a realidade social latino americana.

Todavia, a situação se complicou particularmente na década de 1970, pois esse foi um período marcado por repressões e lutas na região. O cenário mundial estava complicado por causa dos ideários rivais da Guerra Fria que dividiam o mundo entre socialistas e capitalistas. Após a Revolução Cubana (1959) a vigilância norte-americana sobre a região foi intensificada e, forças conservadoras aliadas a alguns setores da sociedade civil apoiaram a instituição de governos militares e a ascensão de ditaduras na região. Como ocorreu no Brasil o golpe militar no dia 31 de março de 1964; em 1971 na Bolívia; em 1973 o Congresso do Uruguai foi dissolvido; em 11 de setembro do mesmo ano Allende foi assassinado e Pinochet chegou ao poder no Chile; em 1975, Francisco Morales Bermúdez tomou o poder no Peru; em 1976 caiu o governo nacionalista no Equador e no mesmo ano ascendeu Videla na Argentina. Entretanto, foi com a implantação dos regimes ditatoriais na América Latina que parte da Igreja da região começou a viver mais profundamente os fundamentos da Teologia da Libertação e por isso passou a ser oprimida (DUSSEL, 1992, p. 24 e 25). Em 1981 Dom Adriano refletiu:

Nas circunstâncias políticas de nossos países latino-americanos é muitas vezes a Igreja a única voz ou pelo menos a voz mais forte de defesa dos direitos humanos, de defesa do Povo, de defesa da justiça social. Daí os conflitos e atritos com os regimes

autocráticos e ditatoriais. Cabe assim à Igreja um importante papel conscientizador de nossos Povos latino-americanos (D. ADRIANO, 1981, p. 64).

No sentido das palavras do bispo segue a história que nos diz que a Igreja Católica com sua estrutura e alcance foi fundamental para a propagação de ideias e para legitimar denúncias das ações arbitrárias dos governos autoritários e das violações dos direitos humanos. A Igreja também foi importante em movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980. Todavia, tal posicionamento de parte do clero no Brasil passou a ser relacionado às ideias comunistas. Para compreender melhor a correlação da Igreja do povo com o comunismo nos anos de 1970 é importante saber que a Teologia da Libertação ia além da propagação do evangelho de Cristo entre os pobres, estava relacionada com a transformação das condições de vida das pessoas exploradas e das relações entre a Igreja e seu povo (Lowy, 2008, s/p). Com uma dimensão popular e marginal a Teologia da Libertação se abria para articulações com pressupostos marxistas, o que nos leva a crer que muitos cristãos teriam agido inspirados por essas ideias. Contudo, na América Latina nos anos de 1970, alinhada com os interesses capitalistas, dominada por governos autoritários e marcada pela pobreza e pela desigualdade social, a situação era perigosa para os defensores da Teologia da Libertação.

No Brasil, no regime de exceção estabelecido pela ditadura civil militar a partir de 1964, a materialização das ideias da Teologia da Libertação foi difícil, mas o país despontou como um forte representante desse movimento e essa situação estremeceu a relação entre a Igreja Católica e o Estado Brasileiro, relação essa que tradicionalmente foi de alinhamento desde a chegada dos portugueses. A separação oficial entre Igreja e Estado se deu apenas com a Proclamação da República (1889), quando o Estado Brasileiro passou a ser laico, fato que não foi bem recebido pelo episcopado, pois acarretaria a perda privilégios da Instituição, mas a Igreja sempre buscou alianças com a República (Gomes, 2014). Em 1964 não foi diferente, a Igreja oficialmente esteve ao lado das elites e das Forças Armadas apoiando o golpe civil militar no país. Não obstante, é preciso ter cuidado ao empreender uma análise sobre o apoio da Igreja do Brasil ao golpe de 1964, pois estudos revelam que esse apoio não foi unânime, mas o posicionamento oficial da CNBB foi de apoio ao golpe militar de 1964.

Aos poucos o apoio da Igreja Católica ao golpe militar no Brasil diminuiu e no decorrer da política dos militares alguns setores da Igreja mudaram de posição e, inspirados pelos ideais da Teologia da Libertação, passaram a criticar o regime autoritário, a defender os direitos humanos e a trabalhar nas comunidades uma pastoral voltada para a conscientização política e para as necessidades materiais do povo pobre. Parte da Igreja voltada para a Teologia da Libertação estava consciente de que sua função seria enfrentar os problemas concretos do povo e, particularmente no Brasil, eles teriam muito trabalho devido aos históricos problemas sociais de ordem material. Dessa forma, em um ambiente de repressão os defensores da Teologia da Libertação seguiam um trabalho social e denunciavam os desmandos da ditadura brasileira.

Alguns os autores se dedicaram a analisar essa mudança de posição da Igreja no Brasil. Temos em Cava (1986) a ideia de que o empenho da Igreja em trazer o país de volta ao “Estado de direito” foi mais forte a partir dos anos de 1970 e levava em consideração engajamentos políticos e interesses institucionais. Já Gomes (2014) aponta que a Igreja mudou sua posição inicial em relação ao golpe principalmente através de alguns integrantes da CNBB e membros da nova esquerda que se posicionavam abertamente contra o regime e passaram a denunciar a cumplicidade entre os católicos conservadores e os militares. Ao que se estuda, as questões sociais e os direitos humanos foram determinantes para a mudança de posicionamento da Igreja, temos então Serbin (2001), que afirma que a Igreja mudou radicalmente sua estratégia para uma militância em favor dos direitos humanos e da igualdade social, a partir da decretação do AI5¹ (Ato Institucional 05), que continha supressão de liberdades.

Com a decretação do AI5 e diante dos desmandos da ditadura iniciou-se uma forte atuação social dos religiosos adeptos da Teologia da Libertação. Tal situação deu aos militares e à parte da sociedade civil uma impressão de que havia dentro da Igreja Católica uma ala muito próxima dos ideais comunistas. Muitos clérigos negavam alinhamento com o marxismo, mas a possibilidade dessa aproximação fez da Igreja em toda a América Latina ser alvo de violentas perseguições: Héctor Gallegos, desaparecido do Panamá em 1972; Carlos Mujica, ferido com balas na Argentina em 1974; Ivan Betancourt, morto em Honduras em 1975 e em 1981, Dom Oscar Romero assassinado em San Salvador. Os leigos, operários, camponeses cristãos que morreram pela fé não têm número (DUSSEL, 1992).

1 O Ato Institucional No 5, AI-5, baixado em 13 de dezembro de 1968, durante o governo do general Costa e Silva, foi a expressão mais acabada da ditadura militar brasileira (1964-1985). Vigorou até dezembro de 1978 e produziu um elenco de ações arbitrárias de efeitos duradouros. Definiu o momento mais duro do regime, dando poder de exceção a governantes para punir arbitrariamente os que fossem inimigos do regime ou como tal considerados. (Maria Celina D’Araujo, <<http://cpdoc.fgv.br/produção/dossiês/Fatosimagens/AI5>> (acesso em 19/08/2016).

4. Dom Adriano em Nova Iguaçu

Diante dos históricos problemas sociais enfrentados pelo povo da Baixada Fluminense, Dom Adriano empreendeu ações corajosas, principalmente no período da ditadura militar, quando essa diocese se posicionou em oposição ao regime político de então e em luta com as elites locais:

Opressores, aqui (...) são todos aqueles que participam do sistema elitista comprometido somente com o bem das classes altas e dos privilegiados, deixando o povo à margem do processo social. O problema na Baixada Fluminense se agrava pela porcentagem diminuta das classes de elite e pela massa imensa de Povo marginalizado (...) pela falta de espírito público dos homens públicos. Aqui se junta, força econômica, força política, força militar, força cultural (...) para, como bloco de poder solidário, preservar e ampliar seus privilégios e status (D. ADRIANO, 1981, p. 69)

Dom Adriano como bispo de Nova Iguaçu empreendeu transformações significativas no trabalho pastoral dessa cidade, desenvolveu um trabalho voltado aos problemas sociais da região e boa parte de sua obra está registrada em entrevistas concedidas para vários jornais e revistas e no jornal semanal de sua diocese denominado de *A Folha*. Esse semanário iniciou suas publicações sob a égide de Dom Adriano Hypólito e, com participação de outros membros da diocese, funcionou de 1972 até 1992 (NASCIMENTO, 2014). Nas palavras do bispo:

Inicialmente *A Folha* queria ser um instrumento de comunicação interna da Diocese de Nova Iguaçu. Aos poucos foi assumindo uma dimensão pastoral conscientizadora a partir da Liturgia e das linhas pastorais de nossa diocese. Baseando-se na Liturgia do domingo e na doutrina do Vaticano II, os artigos procuraram exprimir os dois grandes mandamentos nos quais se resumem a lei e os profetas: amor a Deus e Amor aos irmãos e irmãs. Nunca faltou em *A Folha* a dimensão social da Boa Nova de Libertação total (...) os artigos procuravam sacudir a consciência dos católicos e movê-las a assumir a causa dos irmãos pequenos com os quais Cristo se identifica (...) Lembrando-nos da integralidade da pessoa humana em sua dignidade total de corpo e de alma, gostaríamos de atender como Jesus às necessidades materiais prementes como são: trabalho, educação, saúde, salário, participação no processo social, direitos humanos, direitos da cidadania etc (A FOLHA, 1993, s/p).

Na citação acima observamos que a intenção inicial do semanário *A Folha* era de servir como instrumento de comunicação interna da diocese de Nova Iguaçu, mas aos poucos sua fama ultrapassou os limites das Igrejas Católicas dessa cidade e assumiu um importante papel regional de conscientização política a partir das linhas pastorais da Teologia da Libertação e se transformou em um instrumento de denúncias de violações de direitos humanos durante a ditadura militar brasileira. Esse jornal diocesano teve seu último número publicado em 26 de dezembro de 1993, totalizando ao longo de sua atuação 1146 números publicados (Nascimento, 2014). Nas palavras acima o bispo também reconhece a importância que o jornal diocesano *A Folha* teve para a realização de sua obra em Nova Iguaçu. Todavia, ao assumir uma postura de conscientização política *A Folha* se transformou em objeto de contínua vigilância dos órgãos de informação da ditadura civil militar, como relatou o próprio bispo:

A Folha nasceu durante a ditadura militar (...) Apesar de sua humildade, nosso jornal era alvo da desconfiança, sobretudo dos oficiais da Vila Militar, no subúrbio carioca do Realengo bem perto da Diocese de Nova Iguaçu. Um político, amigo dos militares me contou que *A Folha* era lida assiduamente e comentada com animosidade pelos oficiais da linha dura. A mim pessoalmente o Coronel Moraes da Vila Militar, me disse que certos artigos de *A Folha*, que eram transcritos por um “jornal comunista” de Nova Iguaçu, faziam *A Folha* também suspeita (A Folha, 1993, s/p).

A interpretação que os militares faziam do jornal diocesano *A Folha* ocorria em função de que nesse jornal Dom Adriano escrevia sobre a Baixada Fluminense, sobre o Brasil, sobre o mundo e desenvolvia suas ideias de trabalhar uma Igreja com opção pelos menos favorecidos. Tais ideias indicavam que Dom Adriano era um seguidor dos pensamentos propostos pela chamada de Teologia da Libertação, e esse movimento

católico durante os anos da ditadura militar no Brasil foi associado ao comunismo. Tal situação levou Dom Adriano a ser perseguido por muito tempo e sequestrado e torturado, em 1976.

No Brasil alguns padres e bispos foram perseguidos, além de Dom Adriano podemos citar a morte do padre Antônio Henrique Pereira Neto em 1969, torturado, crivado e pendurado numa árvore por forças paramilitares de direita. No ano de sua morte o Padre Henrique era um importante auxiliar do então arcebispo de Olinda e Recife, Dom Hélder Câmara, conhecido como o “bispo vermelho”. Tal violência foi vista como um aviso a Dom Hélder. Também em 1969 as forças de segurança prenderam freis dominicanos acusados de ajudarem à Ação Libertadora Nacional (ALN) de Marighella. Mas a Igreja reagiu e no ano seguinte Dom Hélder Câmara denunciou a prática de tortura pelo regime militar brasileiro em um evento em Paris. Naquele momento parte do clero brasileiro estava em pleno protesto contra os atos arbitrários do regime e criticava o silêncio de alguns bispos em relação aos desmandos da ditadura (SERBIN, 2001). Há duas datas determinantes na luta da Igreja contra as ações arbitrárias da ditadura: 1970, quando a Pontifícia Comissão de Justiça e Paz do Vaticano e o próprio Papa Paulo VI denunciaram a tortura no Brasil e 1971, quando Dom Paulo Evaristo Arns, Arcebispo de São Paulo, condenou publicamente a tortura de funcionários da Igreja nas prisões dessa cidade. Em 1973, por ocasião do 25º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas, as Igrejas cristãs do Brasil lançaram uma campanha pelos Direitos Humanos (Cava, 1986).

Em consonância com o clero progressista Dom Adriano seguia seu trabalho em Nova Iguaçu e por seus posicionamentos no jornal diocesano *A Folha* era visto pelos analistas da ditadura como uma figura de clara influência comunista, o que lhe rendeu mais perseguições. Em entrevista em 1981 o bispo falou sobre esse período:

Lembro-me agora de alguns acontecimentos. Além do sequestro (...) houve a falsificação de *A Folha* (...) com milhares de números falsos distribuídos (...) pelo Brasil afora; panfletos caluniosos contra o bispo (...) em março de 1978, sou seguido secretamente em meus movimentos dentro da diocese e nas visitas que fiz a outros bispos (...) acompanhado até mesmo de helicóptero, quando fui fazer uma conferência para o clero de Volta Redonda, no centro de Formação de Arrozal; ameaças de novo sequestro e de castigo exemplar (...) (D. Adriano, 1981, p. 68).

Vasta documentação arquivada na diocese de Nova Iguaçu aponta que entre os anos de 1976 e 1979 o bispo foi bastante perseguido, vigiado e ameaçado. Nada obstante, Dom Adriano enfrentava oposição dentro da própria Igreja, pois católicos conservadores e a própria Igreja como instituição temiam que a insatisfação com o regime extrapolasse o âmbito dos católicos radicais e bispos que se opunham ao regime e se espalhasse. Além disso, o regime estimulava os católicos ultraconservadores a denunciarem alguns padres e bispos como “comunistas”. Parte da Igreja buscava reestabelecer as relações amigáveis com o Estado. Segundo Serbin (2001):

(...) as duas mais importantes instituições brasileiras precisavam uma da outra. Os generais queriam a bênção dos bispos ao seu regime, e os prelados queriam a garantia dos privilégios e do espaço doutrinal concedidos à Igreja, desde o início da história do Brasil. Tanto os generais como os bispos acreditavam que poderiam modificar as ideologias uns dos outros. Os militares enfatizavam os perigos do comunismo, enquanto a Igreja apontava para a necessidade de justiça social (SERBIN, 2001, p. 35).

Sobre as relações entre a Igreja e as Forças Armadas durante o regime militar no Brasil, Serbin (2001) nos diz que particularmente entre os anos de 1970 e 1974 houve uma série de encontros entre alguns bispos católicos e militares. Tais encontros ficaram conhecidos como “Bipartide” e tinham como objetivo diminuir o desgaste nas relações entre a Igreja Católica e as Forças Armadas. Se por um lado, as relações entre essas duas instituições revelavam tensões, por outro havia fortes interesses as aproximando, ambas buscavam táticas para sua perpetuação no poder e espaço para realizar adequadamente suas atividades.

5. Um bispo comunista?

(...) Era essa a opinião firmada dos militares e dos grupos de direita. Para eles minha atuação pastoral (...) era comunista. Bispo comunista de um clero comunista. De um laicato comunista (...) me rotularam de “bispo vermelho” (Dom Adriano, 1991, s/p).

Apesar das várias tentativas de reconciliação entre a Igreja e o Estado durante as décadas de 1970 e 1980 a repressão aos setores “progressistas” da Igreja seguiu, particularmente a partir de 1974 com o governo Geisel. Segundo Gomes (2014): “(...) a questão dos direitos humanos e o envolvimento da entidade com os presos políticos, além da defesa da justiça social, eram evidências de que o comunismo crescia no seio da Igreja e de que os bispos progressistas eram os principais responsáveis por fortalecer essa ideologia” (GOMES, 2014, p. 135 e 136) (Grifos do autor). Entretanto, muitos clérigos acusados de aproximação com o marxismo negavam essa ideia, inclusive Dom Adriano.

Mas apesar das negativas, tal aproximação não era absurda, pois a partir da Teologia da Libertação, estudiosos marxistas passaram a repensar a ideia tradicional de religião, que até então se baseava no que fora escrito por Marx no século XIX, quando esse denunciou o obscurantismo e o conservantismo da religião. Mas com a Teologia da Libertação na América Latina, surgiram novas questões que poderiam ser respondidas a partir de uma renovação da análise marxista sobre este tema. Lowy (2008) nos diz que a aproximação entre as ideias Teologia da libertação com ideais comunistas não era algo difícil de perceber, pois nos próprios escritos dos teólogos da Igreja dos Pobres encontravam-se temas marxistas:

Uma implacável acusação moral e social contra o capitalismo como sistema injusto e iníquo, como forma de pecado estrutural. O uso do instrumento marxista para compreender as causas da pobreza, as contradições do capitalismo e as formas da luta de classes. A opção preferencial a favor dos pobres e a solidariedade com sua luta de emancipação social (LOWY, Adital, 2008).

Interessante observar que no livro **Jesus Cristo libertador** (1985) de Leonardo Boff, principal representante brasileiro da Teologia da Libertação, há a defesa da ideia de que como o Cristianismo não se identifica com os mecanismos da Santa Inquisição, o marxismo também não se comparava aos “socialismos” então existentes, pois o ideal socialista poderia e deveria assumir outras formas históricas (BOFF *in* LOWY, 2008). Aqui se percebe uma aproximação de ideais, mas também o cuidado de Boff (1985) em não identificar as propostas da Teologia da Libertação com os modelos de “socialismo” existentes, que ficaram historicamente conhecidos como “socialismos reais” e estariam muito distante do “ideal” socialista. Para os estudiosos da Libertação poderia haver nesse movimento a ideia de que o marxismo se materializaria de outras formas, inclusive motivado pela teologia. Essa não seria nova para. Aqui me baseio pela análise da tese I de Walter Benjamin, feita a partir do livro **Walter Benjamin: Aviso de Incêndio – Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”**, de Michael Lowy (2005):

Como se sabe, deve ter havido um autômato, construído de tal maneira que, a cada jogada de um enxadrista, ele respondia com uma contra jogada que lhe assegurava a vitória da partida. Diante do tabuleiro, que repousava sobre uma ampla mesa, sentava-se um boneco em trajes turcos, com um narguilé à boca. Um sistema de espelhos despertava a ilusão de que essa mesa de todos os lados era transparente. Na verdade, um anão corcunda, mestre no jogo de xadrez, estava sentado dentro dela e conduzia, por fios, a mão do boneco. Pode-se imaginar na filosofia uma contrapartida dessa aparelhagem. O boneco chamado “materialismo histórico” deve ganhar sempre. Ele pode medir-se, sem mais, com qualquer adversário, desde que tome a seu serviço a teologia, que hoje, sabidamente, é pequena e feia e que, de toda maneira, não deve se deixar ver (Grifos do autor, Benjamin *in* Lowy, 2005, p. 41).

De acordo com Lowy (2005), na interpretação das alegorias utilizadas pelo filósofo alemão Walter Benjamin: o *autômato* e o *anão*, para ganhar a partida o materialismo histórico precisa da ajuda da teologia, que seria o pequeno anão escondido na máquina. Este por sua vez, só poderia agir às escondidas. Nesse caso a teologia não visaria apenas à contemplação de verdades eternas, mas estaria também a serviço da luta dos oprimidos. Na perspectiva analítica de Lowy (2005), aos olhos de Benjamin a teologia deve servir para restabelecer a força explosiva, messiânica, revolucionária do materialismo histórico, para que enfim o desenvolvimento das forças produtivas leve à crise final do capitalismo, à vitória do proletariado e às transformações graduais da sociedade (Lowy, 2005).

Esse pensamento de Lowy (2005) aparece também quando o filósofo apresenta o cristianismo como uma forma cultural sujeita a transformações segundo o período histórico, como por exemplo, o seu início como religião de escravos que virou ideologia de Estado do Império Romano, depois se adequou às condições da hierarquia feudal e enfim, se adaptou à sociedade burguesa (Lowy, 1991). Assim, podemos situar a “Igreja dos Pobres” ao lado do crescimento inicial do cristianismo, com os mais humildes e por isso a Igreja Católica deveria por eles e com eles trabalhar. Essa ideia aparece repetidamente nos discursos de Dom Adriano:

Um dos grandes mistérios da Igreja foi o seu fabuloso crescimento inicial. Como é que pode? Algumas pessoas humildes de uma das mais insignificantes províncias do império Romano conseguiram, em pouco tempo, expandir tanto a mensagem do reino de Deus (...) que em vida mesma dos apóstolos o nome de Cristo já estava conhecido em todo o mundo.

Podemos crer que não havia, neste indomável entusiasmo dos primeiros cristãos, muita coisa planificada ou programada sistematicamente. (...) Mesmo assim ou talvez por isso a Igreja de Cristo transformou-se numa onda gigantesca que batizou o Império Romano (A FOLHA, 1972, p.2).

Mas como já mencionado, tal postura e o forte engajamento da Igreja dos Pobres em lutas sociais, para a ditadura mostrava um forte teor marxista. Condição exhaustivamente negada por Dom Adriano. Em 1994 o bispo afirmou:

(...) Apesar das acusações de dentro ou de fora da Igreja (...) eu nunca conheci um bispo brasileiro que pudesse ser acusado de “comunista” com base no seu posicionamento ou na sua atividade. As aparências de uma ação pastoral dedicada aos pobres e marginalizados eram interpretadas como fruto do marxismo (...) (Hypólito, 1994, s/p)

Na negativa de Dom Adriano de que sua pastoral nada tinha a ver com o comunismo, não podemos perder de vista que, o bispo era um representante da religião católica no Brasil e mantinha seus cuidados como tal, uma vez que um marxista é teoricamente um ateu (Gomes, 2014). Todavia, em entrevista à Tribuna da Imprensa em 1979 o bispo falou:

Caetano: Quais os pontos comuns entre o Marxismo e o Cristianismo?

D. Adriano: (...) um ponto comum está na preocupação fundamental com os problemas sociais e na esperança firme de um “paraíso”, isto é: na modificação radical das estruturas de maneira que todos os homens possam encontrar a felicidade. Mas aí começam já as grandes diferenças. Que felicidade será essa? Que meios empregar para modificar as estruturas? Que é libertação? Tenho para mim que Marx só podia ser Marx dentro de um contexto social cristão. Apesar de sua crítica da Religião. Apesar do Cristianismo estatal do seu tempo. Uma aproximação entre Marxismo e Cristianismo seria possível na medida em que o Marxismo deixasse de lado a pretensão de absoluto, de totalidade, de “transcendente material” (...) na medida em que o Marxismo deixasse de ser Religião (...) (Caetano, 1979, s/p)

6. Considerações finais

Aqui convém esclarecer que de acordo com Nascimento (2007) em seu texto **O Cristianismo da Libertação na Igreja Católica de Nova Iguaçu: o jornal diocesano A Folha em oposição ao Regime Militar (1975-1981)**, a Igreja de Nova Iguaçu através de Dom Adriano não se declarava comunista. Por outro lado, o bispo via a política da ditadura militar no Brasil como um fracasso nos aspectos econômicos e sociais. Com sua formação ideológica e com as armas que lhe cabiam Dom Adriano chegou à Nova Iguaçu em 1966, período em que a cidade estava imersa nas transformações ocasionadas por um intenso desenvolvimento industrial e nas páginas de seu semanário diocesano *A Folha* resistiu à ditadura, lutou pela democracia e pelos Direitos Humanos. Assim, é importante reconhecer, na figura de Dom Adriano, que nos anos

violentos da ditadura civil militar no Brasil, parte da Igreja Católica inverteu seu papel de legitimadora da ordem estabelecida e empreendeu uma transformação das práticas católicas, defendendo um cristianismo que ia contra a aceitação imóvel das injustiças sociais e priorizava o aspecto social da religiosidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ALVES, José Claudio de Souza. Dos Barões ao extermínio – Uma história de violência na Baixada Fluminense. Duque de Caxias, RJ. Associação de Professores e Pesquisadores de História_CLIO – APPH. 2003.
- ALVES, José Claudio de Souza. Violência e Religião: Repensando os conceitos a partir da Baixada Fluminense. Revista Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ. V. 24, p. 131-149, junho de 2002.
- AUBERT, Roger. et al. Nova História da Igreja – A Igreja na sociedade Liberal e no mundo moderno. Petrópolis, RJ. Cap. V. Tomo II. Editora Vozes, 1976.
- BAKHTIN, Mikhail. Marxismo e Filosofia da Linguagem. São Paulo, SP. 12ª edição. HUCITEC. 2006.
- BAKHTIN, Mikhail. Estética da Criação Verbal. São Paulo, SP. Martins Fontes. 1997.
- BARRETO, Alessandra Siqueira. Um Olhar Sobre a Baixada: Usos e representações sobre o poder local e seus atores. Campos - Revista de Antropologia Social Campos, v. 5, n° 2, p 45 – 64, Curitiba. 2004.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da História. In: BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo. Brasiliense, 1985. (Obras escolhidas, 1. p.222-232.
- BEOZZO, José Oscar. A Igreja do Brasil: de João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo. Petrópolis. Editora Vozes. 1993.
- CAVA, Ralph Della. A Igreja e a abertura, 1974 – 1985. In: KRISCHKE, Paulo, MAIWARING, Scott. (Org). A Igreja nas bases em tempo de transição (1974 –1985). Porto Alegre, L&PM Editores – CEDEC – Centro de estudos de cultura contemporânea, 1986.
- CORRÊA, Elisa e MACEDO, Marcelo Hernandez. Zé Pureza e a reforma agrária no Rio de Janeiro do pré-64. Revista Estudo Sociedade e Agricultura. V. 15, n° 2, p. 368-392, Rio de Janeiro, 2007.
- DUSSEL, Enrique. Historia Liberations – 500 anos de História da Igreja na América Latina. São Paulo, Edições Paulinas – CEHILA, 1992.
- FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro. São Paulo, Ed. Globo, 2012.
- GOMES, Alexander de Souza. Religião e política: construção da memória de Dom Adriano Hypólito. Rio de Janeiro, RJ. Appris Editora e Livraria Eireli, 2017.
- GOMES, Paulo César. Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira – a Visão da espionagem. Editora Record, Rio de Janeiro / São Paulo, 2014.
- LOWY, Michael. Walter Benjamin: Aviso de incêndio – Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. Boitempo Editorial, São Paulo, 2005.
- LOWY, Michael. Marxismo e Teologia da Libertação. Editora Cortez. São Paulo, 1991.
- LOWY, Michael. A Teologia da Libertação: Leonardo Boff e Frei Betto. Adital, 2008.
- Disponível em <http://site.adital.com.br/site/noticia.php?lang=PT&cod=35648> (acesso em 27/03/2016)
- MAIWARING, Scott. A Igreja Católica e o movimento popular: Nova Iguaçu – 1974 – 85. In: KRISCHKE, Paulo, MAIWARING, Scott. (Org). A Igreja nas bases em tempo de transição (1974 – 1985). Porto Alegre, L&PM Editores – CEDEC – Centro de estudos de cultura contemporânea, 1986.
- MAIWARING, Scott. A Igreja e a Política no Brasil (1916-1985). Brasiliense. São Paulo, 1989.
- MENESES, Antônio Lacerda de. Dom Adriano Hypólito – Apontamentos biográficos, 2010. Disponível em: <http://domadrianohypolito.blogspot.com.br>. Acesso em 30/09/2016.
- NASCIMENTO, Rafael Cerqueira do. O Cristianismo da Libertação na Igreja Católica de Nova Iguaçu:

o jornal diocesano A Folha em oposição ao Regime Militar (1975-1981). Anais do XV Encontro Estadual de História “1964-2014: Memórias, Testemunhos e Estado”, 11 a 14 de agosto de 2014, UFSC, Florianópolis.

NONATO, Daniel. A Igreja de Nova Iguaçu na ditadura militar. 2012. Disponível em <http://dnonato.blogspot.com.br>. (acesso em 29/03/2016)

SERBIN, Kenneth P. Diálogos na sombra – Bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura. Companhia das Letras. São Paulo. 2001.

FONTES:

Escritas

Imprensa católica:

A FOLHA, ano I, No 4, 1972

A FOLHA, ano I, No 11, 1972

A FOLHA, ano I, No 12, 1972

A FOLHA, ano 20, No 1143, 1993

A FOLHA, ano 20, No 1114, 1993

A FOLHA, ano 20, No 1145, 1993

Imprensa Geral:

JORNAL O Dia de 21/03/2014 – Artigo – A fé torturada. O embate que rachou a Igreja - por Fernando Molica

Entrevistas:

HYPÓLITO, Dom Adriano. TRIBUNA DA IMPRENSA. Entrevista concedida a Antônio Henrique Peixoto Caetano em 19 de novembro de 1979.

HYPÓLITO, Dom Adriano. Dom Adriano exclusivo: “Meu sequestro ainda é um mistério”. REVISTA DE CULTURA VOZES. Ano 75, n.1, janeiro e fevereiro de 1981.

HYPÓLITO, Dom Adriano. JORNAL O DIA. 25 de fevereiro de 1991. Entrevista concedida à repórter Bernardete.

HYPÓLITO, Dom Adriano. CORREIO DA LAVOURA. 26 de novembro de 1994.

Filmícas

Documentários:

FAUISTINI, MARCUS. Nova Iguaçu, a cidade dos meus olhos. Documentário com a participação dos historiadores Antônio Lacerda e Ney Alberto, MP3 Lyrics, 18 min. 2003. Publicado no <https://www.youtube.com/watch?v=dBQkFSAvHJo> – (acesso em 23 de maio de 2013)

PEREIRA PAULO E MILTÃO FRANCISCO. Diocese de Nova Iguaçu: 50 anos de missão, 2013. Este documentário foi publicado <https://www.youtube.com/watch?v=ZbAAqxrNt2c> em setembro de 2013 e exibido na íntegra na Audiência Pública ocorrida nos dias 17 e 18 de setembro de 2013, com a intenção de traçar um panorama da perseguição a religiosos de militância política contra a ditadura e que foi parte do trabalho da CNV (Comissão da Verdade do Rio de Janeiro - CEV-RJ), 48 min. (acesso em 23 de maio de 2013).